

O FUTURO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O LEGADO DE PAULO FREIRE

THE FUTURE OF YOUTH AND ADULT EDUCATION: THE LEGACY OF PAULO FREIRE

EL FUTURO DE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS: EL LEGADO DE PAULO FREIRE

Maria Aparecida Vieira de Melo¹
Viviane de Bona²
Ricardo Santos de Almeida³
Maria Aparecida Cruz⁴

Resumo

O presente artigo investiga o legado de Paulo Freire e o momento atual da educação no Brasil. Por meio da análise do discurso proposta por Michel Foucault (2012), objetiva-se mapear fontes primárias que versem sobre o legado de Freire para a Educação de Jovens e Adultos, examinar um *corpus* constituído por discursos contra o autor e, por fim, explicitar os retrocessos no âmbito da educação. Apesar de o futuro da educação ser incerto, os resultados indicaram que o acervo teórico-metodológico do autor é fulcral para uma aprendizagem significativa, capaz de combater injustiças e desigualdades sociais.

Palavras-chave: Paulo Freire; educação; discurso; Educação de Jovens e Adultos.

Abstract

This article investigates Paulo Freire's legacy and the current moment of education in Brazil. Through the discourse analysis proposed by Michel Foucault (2012), the objective is to map the primary sources about Freire's legacy for Youth and Adult Education, examine a corpus consisting of discourses against the author, and, finally, explain the setbacks in the field of education. Although the future of education is uncertain, the results indicated that the author's theoretical-methodological collection is essential for meaningful learning, capable of combating injustices and social inequalities.

Keywords: Paulo Freire; education; speech; Youth and Adults Education.

Resumen

Este artículo estudia el legado de Paulo Freire y la situación de la educación en Brasil. Por medio del análisis del discurso propuesto por Michel Foucault (2012), se pretende mapear fuentes primarias sobre el legado de Freire para la Educación de Jóvenes y Adultos, examinar un *corpus* constituido por discursos contra el autor y, al final, explicitar los retrocesos en el ámbito de la educación. Aunque el futuro de la educación sea incierto, los resultados indicaron que el acervo teórico-metodológico del autor es fundamental para un aprendizaje significativo, capaz de combatir injusticias y desigualdades sociales.

Palabras clave: Paulo Freire; educación; Educación de Jóvenes y Adultos.

1 Introdução

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba UFPB. E-mail: m_aparecida_v_melo@hotmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal Pernambuco. E-mail: viviane.bona@ufpe.br.

³ Doutorando em Geografia pela UFSM; Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. E-mail: ricardo.santos@ifal.edu.br.

⁴ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana. E-mail: cidavitor2003@yahoo.com.br.

Ao longo da história do Brasil, a educação sofreu inúmeras reformas e, desde a saída dos jesuítas, as mudanças aconteceram paulatinamente. Entretanto, não temos a intenção de adentrar o campo da história da educação; o objetivo deste estudo é dar ênfase ao trabalho do educador Paulo Freire, sobretudo, seus estudos que envolvam os sujeitos coletivos e sociais que constituem uma das modalidades da educação básica: a EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Pensar a educação no Brasil é, primeiramente, identificar Paulo Freire como um exímio educador, que deixou um extenso legado para o país e para o mundo. Entre suas diversas obras, estudos referentes à educação do campo são delineados pela problematização social. Sua contribuição alarga as possibilidades de enfrentamento à violação dos direitos humanos, que são indivisíveis, inalienáveis e fundamentais. Em seus escritos, Freire registra alternativas e possibilidades para a educação, com vistas a uma sociedade menos injusta e mais humana, inclusive para a Educação de Jovens e Adultos; logo, os ideais de Freire servem-nos como guia para atingirmos tais objetivos. Neste trabalho, utilizamos como caixa de ferramenta teórico-metodológica a análise do discurso de Michel Foucault, que nos auxilia na apresentação dos achados, oriundos da curiosidade epistemológica. Nesse sentido, fazemos a seguinte reflexão: *como os escritos de Freire nos amparam para pensar uma sociedade menos injusta e mais humana?* Objetivamos explicitar algumas obras de Freire em busca de sua contribuição para uma educação de jovens e adultos que combata as desigualdades sociais; mais especificamente, pretendemos descrever os enunciados que legitimam uma educação para os sujeitos jovens e adultos com mais qualidade social, examinar textos que dão menos *status* ao patrono da educação e, por fim, expor seu legado como propulsor ao combate das injustiças sociais, com vistas à emancipação dos povos.

A educação é uma ferramenta estritamente necessária para mantermos o processo de descolonização da sociedade brasileira; isto é, combater todos os antagonismos que conferem desigualdade e injustiça social, embasados por uma visão eurocêntrica, etnocêntrica e sociocêntrica. Destarte, Paulo Freire ainda se mantém relevante na contemporaneidade, pois seus escritos ainda são atuais; ou seja, muitas das questões postas pelo educador em sua época, ainda permanecem em aberto, tais como: a pobreza, a alienação, a desigualdade social, a educação minimalista/bancária, a fome, as injustiças, dominações e opressões, entre outros. Estes fatos reforçam a incerteza do futuro da educação no Brasil, sobretudo a Educação de Jovens e Adultos, haja vista o retrocesso no acesso e permanência à educação. Em vista disso, as políticas educacionais estão em descontinuidade, o que fragiliza o futuro da educação e torna o legado de Paulo Freire essencial neste período histórico.

2 A caixa de ferramenta teórico-metodológica utilizada: Teoria da Análise do Discurso

Em *Arqueologia do Saber*, Michel Foucault (2012) apresenta a caixa de ferramenta teórico-metodológica, que, no campo da pesquisa social, melhor comunica os achados sobre a curiosidade epistemológica. Assim, partimos da seguinte indagação: *como os escritos de Freire podem ajudar a construir em uma sociedade menos injusta e mais humana?* Nesse sentido, o objeto de investigação é o legado de Paulo Freire para a Educação dos Jovens e Adultos, a partir do mapeamento dos textos-fonte que subsidiam a reflexão argumentativa/analítica dos enunciados postos sobre o referido educador, assim como a Educação de Jovens e Adultos e o futuro da educação no Brasil. Estes enunciados cumprem a função de nos fazer investigá-los sem atribuímos juízos de valores, interpretações ou sentidos ao que se quis dizer com o que está posto; isso porque cabe ao pesquisador arqueológico elucidar os *corpus-fonte* que foram encontrados por meio do procedimento da escavação, analisando-os e descrevendo-os simultaneamente. Desse modo, elidimos com a natureza da pesquisa no campo da fenomenologia, da hermenêutica, da história oral e de outros tipos de pesquisas que fazem suas análises, atribuindo sentidos e interpretando os achados.

Quando nos propomos a analisar os escritos de Freire que discorrem sobre as desigualdades sociais e contribuem para a Educação de Jovens e Adultos, recorremos aos textos-fonte que tratam sobre o tema, os quais nos remetem a outras fontes; portanto, a escavação aconteceu nos textos-fontes onde extraímos os fragmentos que permeiam os nossos objetivos nesta investigação. Após mapearmos as fontes e extrairmos o *corpus* analítico, analisamos/descrevemos os achados. Entretanto, temos dimensão de que não esgotaremos o que trata tal enunciado. Assim, não há a menor intenção do pesquisador arqueólogo se prender ao passado e nem antever o futuro; contudo, prende-se ao presente, pois, o discurso-enunciado da investigação tangencia o que está posto.

A seguir, apresentaremos o procedimento argumentativo/analítico dos achados encontrados sobre os enunciados que tecem esta reflexão: Paulo Freire, Educação de Jovens e Adultos, futuro da educação e ataques a Paulo Freire.

3 O legado de Paulo Freire para a educação brasileira

Antes de descrevermos a seção, é importante levantar as seguintes questões: Quem foi Paulo Freire? Por que ele se tornou patrono da educação brasileira? ‘Morre o homem fica o nome’. É com este dito popular que evidenciamos e historicizamos sua existência. Nascido em Recife, em 19 de setembro de 1921, faria 100 anos se estivesse vivo; entretanto, não morre

aquele que permanece vivo em nós. Seus escritos inspiraram-nos a realizar uma educação diferenciada e, sobretudo, humanizada, dialógica, problematizadora e contestadora da realidade social em que os sujeitos estão inseridos, primando pela transformação social. Desde pequeno, Freire sempre foi estudioso; no entanto, mesmo sendo filho de pais da classe média da época, sofreu algumas privações de cunho econômico, entre elas o acesso à educação particular. Devido à sua dedicação aos estudos, foi beneficiado com bolsas de estudos em alguns colégios da cidade do Recife. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, mas ao conhecer Elza Oliveira, professora de alfabetização, apaixonou-se, também, pela área. Nesta ocasião, Freire passou a defender o direito à educação, sobretudo, quando administrou o Serviço Social da Indústria - SESI, onde a proposta de ensino era voltada para os jovens e adultos. Lá, Freire passou a defender a tese de uma educação comprometida com a realidade vigente dos estudantes, isto é, um ensino voltado para o contexto socio-histórico dos sujeitos aprendizes, de modo que se percebessem como protagonistas da realidade — capazes de transformar aquela realidade imposta. Freire visava uma consciência crítica e ativa perante os acontecimentos da realidade, para que fosse problematizada.

Para ele, a educação é um ato de libertação de todos os sujeitos cativos a determinados fetiches da realidade. Entretanto, para que a libertação aconteça, é preciso que os sujeitos se reconheçam no processo histórico como oprimidos de sua condição humana, para que possam lutar contra os seus opressores. Contudo, este movimento somente acontece quando os sujeitos estão conscientes de sua condição humana, social, política, cultural e econômica, para, conseqüentemente, serem transformados, através de uma educação problematizadora e contestadora da realidade.

Com este intuito social, Paulo Freire se destacou por promover uma alfabetização enquanto artefato de transformação, emancipação, contextualização e conscientização dos sujeitos que não deveriam tão somente saber juntar os pedaços de letras e formar uma palavra, mas deveriam, igualmente, compreender o significado, o significante e a sua referência; conscientes deste processo triádico — significado, significante e referência —, estariam aptos a combater as injustiças, as violações e expropriação de seus direitos fundamentais. Nesta pedagogia, a alfabetização não é sobre decorar letras, sons e fonemas, mas sim, entender o significado, no tempo-espaço histórico, de ti-jo-lo, en-xa-da e tra-ba-lho, por exemplo. As palavras devem estar situadas no contexto relacional do homem-homem; homem-natureza; empregado-patrão. Dessa maneira, a relação que se estabelece entre os homens e as coisas define o tipo de educação que deve ser ofertada para a sociedade.

No Brasil, os feitos de Paulo Freire na alfabetização o levaram ao exílio durante a ditadura militar, que durou 21 anos. Esteve exilado entre os anos de 1964 a 1979, quando a Lei de Anistia possibilitou seu o retorno ao Brasil, em 1980. Por onde passou, continuou produzindo conhecimento sobre suas experiências pedagógicas, disseminando o seu processo de alfabetização contextualizado para o mundo inteiro. A educação jamais foi pensada como propôs Paulo Freire; por isso, seu processo de alfabetização logrou tanto êxito. Devido a tal êxito, assumiu a Secretaria de Educação do município de São Paulo, na gestão da então prefeita Luíza Erundina, onde fez uma excelente gestão, bem como assessorou projetos culturais na América Latina e na África.⁵ Faleceu em 2 de maio de 1997, deixando, aproximadamente, 40 livros, fora artigos e outros escritos. Sua dedicação à educação o fez publicar inúmeras obras, com análises sobre a educação, alfabetização, libertação, cultura, comunicação, diálogo, cultura do silêncio e tantas outras categorias.

Suas obras visavam o direito à educação e o combate às desigualdades sociais. Em vista disso, seu legado defende o processo educativo como uma prática social, problematizada mediante a conjuntura política, econômica, cultural e social em que os sujeitos estão inseridos, contestando as relações de opressão que se estabelecem entre os homens e as mulheres. Assim, Freire deixou um arsenal de reflexões epistêmicas sobre problemas de sua época, porém ainda atuais, como, por exemplo, questões que envolvem a Educação de Jovens e Adultos.

Em 2005, um projeto de lei de iniciativa da então deputada Luíza Erundina possibilitou reconhecer Paulo Freire como patrono da educação brasileira; a homologação da Lei n^o 12.612/2012 aconteceu em 2012, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff. É fulcral mencionar que este feito deve-se à sua contribuição significativa para educação. Recebeu muitas honrarias em vida e pós vida, entre elas 48 títulos honoríficos; foi homenageado, também, por 35 universidades brasileiras e estrangeiras, e mais de 350 escolas ao redor do mundo levam seu nome. Assim, Paulo Freire, com toda a sua dedicação e empenho, indicou caminhos viáveis para construirmos um país mais justo e humano, através da educação.

Enfatizamos, a seguir, apenas algumas das suas obras, pois nossa intenção não é realizar uma análise/crítica sobre todos os seus trabalhos, mas apenas um breve relato das que mais se destacaram ao longo da história da educação brasileira. *Pedagogia do Oprimido* (1970) é o 3^o livro mais lido e citado mundialmente; nesta obra, Paulo Freire explica a relação entre o oprimido-opressor, a educação bancária, a conscientização, o diálogo, a relação professor-aluno, e outros conceitos categoriais. Em *Educação como Prática da Liberdade* (1976), Freire

⁵ Suas experiências estão descritas nas obras: *Cartas à Guiné-Bissau* (1975) e *Ação cultural para liberdade* (1981).

aborda questões como a conscientização, inclusão e educação, corroborando, sobretudo, para uma educação emancipatória e inclusiva. O livro *Cartas à Guiné-Bissau* é fruto de sua experiência de alfabetização popular, vivenciada logo após a independência de Guiné-Bissau; nesta obra, faz inúmeras reflexões, aproximando a realidade social entre a África e o Brasil. Na obra *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, Freire (1983) destaca a importância de 28 saberes imprescindíveis para os professores.

A obra *Ação Cultural para Liberdade e outros escritos* (1981) reflete sobre a importância do ato de estudar, o papel social do profissional, a transição da consciência ingênua para a consciência crítica, as experiências que teve no assentamento com os agricultores do movimento sem-terra, o papel da igreja, entre outras temáticas igualmente importantes. *Educação e mudança* (1979) também apresenta questões sobre a dimensão político-pedagógica, o diálogo, a participação e o método de alfabetização de adultos. Em todas as obras de Freire, há um desvelamento da realidade social, onde procura contribuir com alternativas pedagógicas inclusivas, socialmente, para um país menos injusto e desigual.

Seus escritos contribuíram e contribuem muito para pensarmos e problematizarmos a realidade social vigente, que está alienada, rendida às fake news e às informações das redes sociais, disparadas através da inteligência artificial; os fatos são transferidos com muita instantaneidade, o que impede que as pessoas não se aprofundem nas causas que realmente importam para nossa sociedade. Isto posto, podemos citar, por exemplo, a pandemia do Covid-19, em que a desigualdade social tornou-se ainda mais visível. Nesse contexto, a classe política não apresenta planos de governo eficientes para o país, o que torna o futuro da educação incerto e, de modo particular, a Educação de Jovens e Adultos, pois as questões sociais, políticas, culturais, econômicas e emocionais não são favoráveis para manter os coletivos sociais no processo de escolarização, quando, por exemplo, as escolas estão fechadas, devido à necessidade de mantermos o isolamento social.

Sendo assim, que estratégias criar para termos a garantia dos sujeitos coletivos permanecerem na escolarização? Como o professor pode utilizar as metodologias ativas para que os estudantes se mantenham motivados? E, será que os estudantes têm acesso aos recursos tecnológicos, para então darem continuidade aos seus estudos? Os adultos e os idosos sabem operacionalizar os recursos tecnológicos para estudo? A educação, como um todo, está preparada para estas novas formas de vivenciar o processo de ensino-aprendizagem?

Os questionamentos supracitados não estão aqui para serem respondidos; no entanto, fazem com que reflitamos sobre a necessidade de políticas educacionais de inclusão social, através da educação, em especial para a Educação de Jovens e Adultos. Assim, como podemos,

na atualidade, promover a inclusão social de uma classe trabalhadora historicamente oprimida, explorada e castigada, sem o devido acesso aos bens sociais, fomentados pelo Estado? As problemáticas que permeiam a realidade social, em prol do acesso e permanência dos coletivos sociais ao processo de escolarização, são várias. Deste modo, as políticas educacionais devem ser planejadas considerando a especificidade de cada nível de escolarização, ou seja, da educação infantil ao ensino superior, pois as desigualdades sociais perduram historicamente; logo, as políticas de acesso e permanência devem ser atualizadas, para abranger as demandas deste período pandêmico em que vivemos.

4 Os ataques a Paulo Freire: o discurso de ódio na contemporaneidade

Todo escritor é alvo de críticas, e com Paulo Freire não foi diferente. Entretanto, o discurso de ódio, acionado pelas críticas direcionadas a ele, marginaliza todo o seu legado. Tais ataques vêm sendo propagados com mais veemência a partir de 2015, durante o processo de golpe político. Os grupos com propostas antidemocráticas, homofóbicas, racistas e machistas foram às ruas, gritaram, esbravejaram, quebraram o patrimônio público, atacaram jornalistas e exibiram cartazes com dizeres do tipo ‘Chega de doutrinação marxista, basta de Paulo Freire!’, acirrando ainda mais a crise do governo Dilma Rousseff (PT). Este cenário colocou Paulo Freire em evidência, porém seu legado e sua contribuição para uma sociedade menos injusta e mais humana parecem não ser conhecidos por seus críticos.

Em 2018, o então Ministro da Educação Abraham Weintraub, durante sua posse, enunciou que “se o Brasil tem uma filosofia de educação tão boa, *Paulo Freire* é uma unanimidade, por que a gente tem resultados tão ruins comparativamente a outros países? Gastamos em patamares do PIB igual aos países ricos”. Observa-se, contudo, que a lógica pautada pelo senhor Ministro não condiz com a realidade de outros países, sobretudo, os países desenvolvidos que realmente investem na educação.

Outro movimento que incentivou ataques a Paulo Freire foi a criação do projeto de lei Escola Sem Partido, PLS 193/2016, que luta contra uma suposta doutrinação e a ideologia de gênero nas escolas; ou seja, é um projeto que contesta a discussão da diversidade identitária e cultural dos sujeitos, sob regime de vigilância e punição para os professores, caso cometam a doutrinação. Este mesmo movimento mobilizou um abaixo-assinado para a retirada de Paulo Freire como patrono da educação brasileira, porém a proposta não obteve êxito e foi derrubada.

Outros ataques que comprometem a educação no Brasil referem-se às reformas que já aconteceram, entre elas: a Reforma do Ensino Médio, a Reforma da Lei Trabalhista e a Reforma

das Diretrizes de Ensino, que prezam pelo notório saber e pelo voluntariado. Em vista disso, é preciso analisar tal situação para podermos tirar a educação da marginalidade que se encontra, tanto na dimensão macro quanto na dimensão micro. As políticas educacionais devem estar comprometidas com o acesso e a permanência dos estudantes no processo de aquisição do conhecimento de forma crítica, consciente, ética, política e pedagógica — e não à mercê da causalidade pedagógica, sem o devido planejamento.

Em dezembro de 2019, o atual Presidente da República declara que Paulo Freire é um energúmeno — adjetivo usado para referir-se a uma pessoa burra. Este depoimento foi dado quando ele justificou a não renovação do contrato da TV Escola.

Quem assiste à TV Escola? Ninguém assiste. Dinheiro jogado fora. Agora, era uma programação totalmente de esquerda, ideologia de gênero (...). Tem muito formado aqui em cima dessa filosofia do Paulo Freire da vida aí, esse energúmeno aí, ídolo da esquerda, declarou o presidente (BOLSONARO apud ALVES, 2021, n.p.).

Quando o presidente do país faz tal afirmativa, compromete-se a qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem. Além disso, este discurso partiu de alguém desprovido de um mínimo de conhecimento sobre a obra e legado de Paulo Freire, patrono da educação desde 2012. É um movimento que contesta uma educação crítica, politizadora e conscientizadora da realidade em que os sujeitos cognoscentes estão inseridos.

Quanto mais atacam o patrono da educação brasileira, mais ele se torna imperativo para compreendermos a educação na atualidade, além da necessidade de defesa de seu legado. Sua obra pode promover a criticidade perante os fatos sociais, políticos, culturais e econômicos — que perpassam o vir a ser dos sujeitos, em seus diversos contextos socio-históricos.

5 Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos

Embora exista uma primeira menção referente à Educação de Jovens e Adultos na Constituição Federal de 1934, as discussões referentes à EJA apenas se aprofundaram no discurso jurídico enunciativo da Constituição Federal de 1946, art. 132, inciso I, que promulgava: “Não podem alistar-se eleitores: analfabetos”. Desse modo,

Em 1947, organiza-se o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, no qual se evidencia a preocupação com os altos índices de analfabetismo, contrapondo-se ao quantitativo de eleitores. O exercício da cidadania aos analfabetos, através de participação no processo eleitoral, era impedido, pois legalmente apenas alfabetizados poderiam votar (SANTOS; SILVA, 2015, p. 10).

A partir de 1955, configura-se um novo cenário, com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que marcou uma nova trajetória na constituição de alfabetização de jovens e adultos (SANTOS; SILVA, 2015). Considerou-se a criação deste instituto um avanço para a educação, pois, neste período, houve várias campanhas de alfabetização de jovens e adultos, tais como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). A primeira sobressai-se por ser a primeira grande campanha de massa para educação dos adultos, menciona Paiva (2003); a segunda, fundada em 1952, por ser interpretada como instrumento para solucionar problemas do campo e expandir valores de ações comunitárias (PAIVA, 2003).

O II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, em 1958 — realizado onze anos depois do I Congresso —, é um espaço onde se travaram mais discussões e definiram-se alguns encaminhamentos (SANTOS; SILVA, 2015), tendo em vista o baixo desempenho das campanhas para a educação dos jovens e adultos. Assim, novas estratégias de ensino foram pensadas para erradicar o analfabetismo no Brasil, o que resultou no Movimento de Educação de Base, realizado através de programas radiofônicos e da Rede Nacional de Emissoras Católicas (RENEC). Em 1958, esta rede promoveu um encontro com emissoras de propriedade das dioceses, com o intuito de discutir problemas em comum (DE KADT, 2007). Neste sentido, os autores Santos e Silva (2015, p. 232) salientam que “a partir do destaque da experiência da diocese de Natal, a RENEK convida os responsáveis pelas escolas para um encontro em Aracajú – SE, datado no início de 1960”.

Em 1962, em Recife, criou-se o Movimento de Cultura Popular (MCP), durante a gestão política do prefeito Miguel Arraes. Este movimento tinha como meta amenizar o índice de analfabetos no estado através da cultura popular — usada como ferramenta para atingir tal objetivo.

Em 1963, Freire ousa ao criar alternativas para alfabetizar adultos em apenas 40 horas. A experiência significativa foi coordenada pelo educador em Angicos/RN e visava à alfabetização dos adultos para que pudessem votar. No entanto, Paulo Freire vai além; preparou os coordenadores para mediar os círculos de cultura e alfabetizarem os adultos a partir de seus universos vocabulares, assim, a formação política/pedagógica era integralizada.

Em 1964, explode o golpe que levou o país ao regime da ditadura militar; em vista disso, os militares passaram a perseguir os feitos de Freire, devido à sua atuação na educação popular, no Movimento de Educação de Base. Com a cultura expandindo a conscientização dos sujeitos, eles passaram a fazer greve para reivindicar os seus direitos, o que culminou nos 15 anos de

exílio de Freire. Contudo, sua atuação deixou marcas por onde passou, cujo foco era uma pedagogia em prol da emancipação e libertação dos sujeitos, o que o tornou referência mundial.

Destacamos que o processo de alfabetização implantado nesta época tinha um cunho meramente político, partidário; isto é, poderiam votar apenas as pessoas que soubessem escrever o próprio nome. Freire, então, implode esta finalidade educativa e alarga a compreensão sobre a aquisição da alfabetização, politizando os educandos através da realidade posta, dado o êxito que obteve no seu processo de alfabetização.

A Educação de Jovens e Adultos tem Paulo Freire como um precursor do seu processo de alfabetização, que visava não a instrumentalização dos processos de decodificação da língua escrita, mas, sobretudo, a politização dos sujeitos cognoscentes; atribuiu-se, assim, autonomia aos sujeitos, de modo a realizar enfrentamentos políticos, pedagógicos, culturais e econômicos.

Enfatizamos, também, o discurso jurídico presente na LDB (9394/96), em seu § 3º do artigo 37: “A Educação de Jovens e Adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”. Nesta lógica, a EJA deve ser voltada para o campo da profissionalidade, ou seja, para além do processo da aquisição da decodificação da leitura e da escrita. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, na meta 10, estabelece que se deve oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, de forma integrada à educação profissional; logo, ressaltamos que a EJA não está desvencilhada do mundo do trabalho. Deste modo, o documento mais recente voltado para Educação Básica, a Base Nacional Curricular Comum, não tece respaldos teórico-metodológicos sobre a Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Recentemente, inseriu-se a terminologia idoso na Educação de Jovens e Adultos; assim, promove-se a presença da pessoa idosa na escola e em outros espaços educativos, como cursos técnicos e ensino superior. Nesse contexto, o Estatuto do Idoso/2003 assegura os direitos à saúde, habitação, transporte e a proteção das pessoas com 60 anos a mais, com o intuito de incluí-las socialmente, tal qual postulava Freire, ao mencionar que não há aprendizagem em processos que não considerem as realidades dos sujeitos e seus modos de viver (FREIRE, 1970).

Nesse sentido, os documentos que permeiam o discurso jurídico a favor da Educação de Jovens, Adultos e Idosos são: a Constituição Federal de 1988; a LDB 9394/1996; Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA; Parecer nº. 11 de 2000 do Conselho Nacional de Educação (CNE); os acordos internacionais por meio da Agenda para o Futuro; a Declaração de Hamburgo; e o Marco de Belém — documentos advindos dos acordos internacionais dos países signatários das V e VI Conferências Internacionais de Educação de Adultos, em que o Brasil também faz parte. Portanto, há uma discussão jurídica bastante extensa sobre o tema, porém, a

prática da EJA, no contexto da educação atual, encontra-se fragilizada, devido à ineficiência das políticas educacionais para essa modalidade.

No conjunto das coisas ditas e escritas sobre a pessoa idosa, destacamos o discurso jurídico acionado no marco legal dos seguintes documentos: O Decreto nº 6.800, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre a nova redação ao art. 2º do Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências; A Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que trata da Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências; Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências; a Lei nº 13.005/2014 — que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências; Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso. Todos estes documentos respaldam a educação e a pessoa idosa no processo de inclusão social.

Destarte, a Educação Popular, expressa nas pautas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, prevê, assim como os processos de luta por direitos e garantias de ser e estar no mundo, enquanto sujeitos de direitos, o direito à educação — um direito público e subjetivo que pode ser reclamado à justiça por qualquer cidadão. Nesta lógica discursiva, Freire (1976, p. 49) aponta que, “para ser um ato de conhecimento, o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo”; ou seja, é uma prática dialógica que permeia a aquisição do processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos.

6 O futuro da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

O que devemos esperar do futuro da educação? Se temos questões em aberto postas por Freire em sua época, como superar o *status quo* da precariedade da educação? Como alcançaremos a justiça social e o combateremos a desigualdade? A educação cumpre qual função social? Tais problematizações nos remetem aos escritos de Paulo Freire sobre a educação. Por esta razão, iremos analisar/descrever alguns trabalhos de Freire sobre os seguintes temas: educação, desigualdade social, injustiça social.

A educação é fulcral para que os sujeitos possam se posicionar criticamente perante à realidade social que se está inserida. Deste modo, compreendemos que não podemos vivenciar processos de ensino e de aprendizagem desvinculados das questões sociais, culturais, políticas e econômicas, pois fazem parte da formação dos sujeitos.

Analisar a educação à luz de Freire é compreender que ela é um ato político-pedagógico; por consequência, supera-se a prática de uma pedagogia bancária em prol de uma educação libertadora. A pedagogia bancária aliena, castra, doméstica e reproduz o que está posto como uma verdade absoluta; já a educação libertadora assemelha-se ao mito da caverna de Platão, ou seja, leva os sujeitos cognoscentes para fora da dominação das verdades postas como absolutas. Assim, “ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 1983, p. 79). Em vista disso, o diálogo é importante, para que os homens e mulheres possam enfrentar as lógicas opressoras da realidade vigente, além da educação como estratégia política de enfrentamento de processos opressores.

Portanto, “[...] a educação, não importando o grau em que se dá, é sempre uma certa teoria do conhecimento que se põe em prática. ” (FREIRE, 1982, p. 95). Ressalta-se que a finalidade da educação é conduzir os sujeitos ao conhecimento, bem como entrelaçar o campo teórico com o prático. Isto é, a educação enquanto prática social é mediada, também, pela diversidade cultural que atravessa as realidades sociais; desse modo, não há neutralidade neste processo. Logo,

[...] não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não se esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade (FREIRE, 1992, p. 78).

Freire discorre, aqui, sobre prática educativa política; tal prática não é neutra, pois, antes de tudo, é uma ação dialógica sobre os acontecimentos sociais que permeiam a realidade social. Por esta razão, Freire, defende uma educação problematizadora, crítica e conscientizadora, pois, não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa, que a faz transbordar de si mesma e perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite neutralidade (FREIRE, 2000). A neutralidade no processo educativo é um mito; assim, educar para Freire (1983) é “construir gente” e humanizar pessoas na luta para denunciar e superar os elementos desumanizadores, ou seja, as relações de opressão que se estabeleceram entre os indivíduos são denunciadas, questionadas e problematizadas. Neste sentido,

Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem. [...] comecemos por pensar sobre nós mesmos e tratemos de encontrar, na natureza do homem, algo que possa constituir o núcleo fundamental onde se submete

o processo de educação. Qual seria este núcleo palpável a partir de nossa própria experiência existencial? Este núcleo seria o inacabamento ou a inconclusão do homem (FREIRE, 1979, p. 27).

A intencionalidade política/pedagógica da educação para Freire é possibilitar um ato político/pedagógico dialógico, problematizando, a partir dos saberes já apreendidos pelos educandos, para que haja a sua ampliação. Deste modo, consideramos que:

[...] não é possível ao (à) educador (a) desconhecer, subestimar ou negar os saberes de experiência feitos com que os educandos chegam à escola. [...] partir do saber que os educandos tenham não significa ficar girando em torno deste saber. [...] partir do “saber de experiência feito” para superá-lo não é ficar nele (FREIRE, 1992, p. 59-71).

Os saberes já apreendidos pelos educandos são essenciais para que os educadores possam ampliar as discussões em torno do saber já posto, e assim superar as relações opressoras. Quando exercitamos uma educação libertadora nos propomos a combater as desigualdades sociais e as injustiças, intervindo nas situações postas da realidade. Para Freire (2003, p. 89):

A educação libertadora [...] é a que se propõe, como prática social, a contribuir para a libertação das classes dominadas. Por isso mesmo, é uma educação política, tão política quanto a que, servindo às classes dominantes, se proclama, contudo, neutra. Daí que uma tal educação não possa ser posta em prática, em termos sistemáticos, antes da transformação revolucionária da sociedade.

As classes dominadas são aquelas que compõem a classe trabalhadora; por viverem em regime de exploração de sua mão de obra, acabam sendo ludibriadas, exploradas e trabalham em condições desfavoráveis para um justo e digno viver, pois “na materialidade da vida está o trabalho do sujeito.” (ZIMMERMANN; MEURER, 2019, p. 164). Destarte, a prática social da educação deve ser política, de modo a politizar o coletivo social.

Os sujeitos dos coletivos sociais constituem a classe trabalhadora; logo, a educação deve situá-los no contexto socio-histórico, para que possam tomar consciência dos processos de opressão que atravessam as suas vidas. Por isto, é imperativo, atualmente, que haja uma educação voltada para classe trabalhadora, e que considere as suas especificidades, tais como: sujeitos trabalhadores, mães solteiras, negros/negras, pobres, assalariados/as, domésticas, entre outros exemplos; nesse sentido, são esses indivíduos que estão na linha de frente para servir empregadores, patrões e empresas.

Neste contexto, é relevante haver uma educação que não atenda a todos? Seria o analfabetismo necessário na atualidade? Sim, pois, é por falta de conhecimento que mantém as pessoas aprisionadas aos seus opressores; é por serem alienadas à realidade vigente que se mantêm na condição de servir aos seus patrões, para sobreviverem. Uma educação que não

promova a emancipação e transformação social de todos é o que deseja a elite brasileira, tal como Paulo Freire (2003, p. 94) denunciou “numa sociedade de classes, são as elites do poder, necessariamente, as que definem a educação e, conseqüentemente, seus objetivos. E estes não podem ser, obviamente, endereçados contra os seus interesses”; portanto, as elites do poder definem a educação que deve ser vivenciada. Por esta razão, a Medida Provisória (MP) 746/2016 visava a reforma do ensino médio, com mudanças em prol do sistema dualista de ensino, como, por exemplo, a retirada da obrigatoriedade das disciplinas sociologia e filosofia do currículo; previa, também, o fim da obrigatoriedade das disciplinas artes e educação física para educação infantil e o ensino fundamental.

Salienta-se que tais mudanças propostas estavam coadunadas com a Base Nacional Curricular Comum; o documento defende uma educação minimalista, bem como a invisibilidade dos processos educativos para uma educação de jovens e adultos. A pergunta que fica é: quem estava no poder governando o Brasil na época? E quem está no poder na atualidade? Assim, sabemos por onde a educação caminha, além de compreendermos o porquê dos retrocessos das políticas educacionais, tanto para educação básica quanto para o ensino superior, pois, a governabilidade política partidária impacta, tacitamente, no presente e no futuro da educação. Desse modo, Freire (2003, p. 118) elucida que “[...] não é a educação que forma a sociedade de uma certa maneira, mas a sociedade que, formando-se de uma certa maneira, constitui a educação de acordo com os valores que a norteiam”. Portanto, a sociedade brasileira, consciente de seus direitos, deve reivindicar uma educação eficaz, com qualidade social; ademais, deve realizar os enfrentamentos políticos necessários para que propostas — como as do ensino médio — sejam barradas.

Entretanto, o que temos na atualidade da educação são ações que tendem a banir os discursos de esquerda, tais como:

O governo abriu as universidades para as empresas, tomou as primeiras medidas para combater a ideologia de esquerda e o "progressismo" na educação, mudou a forma de escolha dos reitores e estruturou o programa de ampliação das escolas militares. Além disso, instituiu uma nova política nacional de alfabetização (BARONE, 2021, p. 15).

São ações que dizem respeito às questões: a educação está a favor de quem? Contra quem? Tem qual finalidade? Ressaltamos que a complexidade da educação na atualidade emerge no enfrentamento diário, para que a sociedade confronte tais atitudes que precarizam ainda mais condições postas para o acesso e permanência dos sujeitos de direito.

7 Assinalações conclusivas

A reflexão analítica/argumentativa que foi tecida — sobre os enunciados Paulo Freire, educação de adultos, ataques a Paulo Freire e atualidade da educação — permite compreendermos os processos históricos pelos quais a educação passa. Destarte, como os escritos de Freire nos auxiliam para pensarmos uma sociedade menos injusta e mais humana? Seus registros nos mostram que é através de uma educação libertadora, problematizadora e conscientizadora da realidade que está posta em detrimento da realidade que desejamos, ou seja, o nosso projeto de sociedade mais justo e humano. Foi possível reconhecermos que os escritos de Freire para a Educação de Jovens e Adultos foram significativos, contribuindo para o combate às desigualdades sociais e as injustiças.

Assinalamos que as coisas ditas e escritas que dão menos *status* ao patrono da educação estão incorporadas no propósito de combater o discurso da esquerda, a ideologia de gênero e a inclusão social. De tal modo, os escritos de Freire legitimam uma educação para os sujeitos jovens e adultos com mais qualidade social, mas para tal é preciso governabilidade, o que não vem acontecendo com o governo atual. Destacamos que o legado de Paulo Freire para a educação é de fundamental importância, para o combate às injustiças sociais — por meio de uma educação libertadora.

Salientamos que a educação de modo geral, sobretudo a EJA, é atravessada pelas discontinuidades das políticas educacionais, pois estas não são consideradas políticas de estado, mas sim de governo, o que fragiliza significativamente a qualidade da educação, no que concerne as políticas de acesso e permanência.

Na atualidade, houve a resignificação das políticas educacionais, como a merenda escolar sendo direcionada para a casa dos estudantes, o recebimento de chips com dados de internet, entrega de aparelhos tecnológicos aos estudantes, entrega do material escolar, mesmo sem os estudantes frequentarem à escola, devido ao isolamento social necessário para combater o Covid-19 — que tem matado um número de pessoas de forma expressiva mundialmente. Entretanto, tais estratégias de acesso não têm possibilitado a permanência dos sujeitos, devido a problemas de conexão. Por conseguinte, acredita-se que a educação vem sendo pensada e reestruturada conforme a realidade social, ou seja, o seu tempo histórico. O cenário educativo brasileiro mudou de tal modo que o ambiente da sala de aula é reconfigurado conforme a localização do estudante. Assim, ganhos e perdas são percebidos simultaneamente com este novo cenário. Em vista disso, indagamos: como será o futuro da educação? Esta pesquisa não tem como responder este questionamento com precisão; contudo, certamente, será diferente do que nos tempos atuais.

Referências

ALVES, José. **A importância de Paulo Freire para a educação**. 2021. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/a-importancia-de-paulo-freire-para-a-educacao-e-a-aprendizagem> Acesso em: 29 jan. 2021.

BARONE, Isabelle. Como ficou o plano de Bolsonaro para afastar a influência da esquerda na educação. **Gazeta do Povo**, [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-bolsonaro-fez-na-educacao-2019/> Acesso em: 29 jan. 2021.

DE KADT, Emanuel. **Católicos radicais no Brasil**. Trad. Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. Brasília: UNESCO/MEC, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C. R. (org.) **O educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-101.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. Algumas notas sobre conscientização. In: **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

SANTOS, Alessandra Maria; SILVA, André Ferreira da. Movimentos “de” e “para” educação popular: Pernambuco nos primeiros anos da década de 1960. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 21, n.1, jan./jun. 2015.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS. **Revista NERA**, v. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, maio/ ago. 2019.